

UM POUCO DO FOUCAULT EM “A ORDEM DO DISCURSO”

A BIT OF FOUCAULT IN “THE ORDER OF DISCOURSE”

Guilherme da Silva Cunha¹

Universidade Federal do Acre, Rio Branco, AC, Brasil

DOI: <https://doi.org/10.46550/cadernosmilovic.v2i1.74> Recebido em: 12.07.2024 Aceito em: 25.07.2024

Resumo: O propósito central deste trabalho é vislumbrar algumas possibilidades de entendimento de como se constroem os discursos que darão alicerce para a construção do mundo moderno e contemporâneo segundo Michel Foucault, na sua obra, “A Ordem do Discurso”. Nessa direção, buscar-se-á compreender porque em um determinado tempo histórico um tipo de discurso é posto em evidência e outros não. Nesse sentido, e, para esclarecer mais sobre esta problemática, Foucault faz um passeio histórico para demonstrar como os discursos são construídos, porque eles passam por transformações e o que os legitimam. Além de enaltecer que tudo o que fora empreendido por Foucault em tal texto se trata de uma grande homenagem ao seu mestre Jean Hyppolite, cujo seu lugar, ele assume na cátedra.

Palavras-chave: Filosofia. Discurso. Foucault

Abstract: The central purpose of this paper is to glimpse some possibilities of understanding how to build the speeches that will basis the construction of modern and contemporary world according to Michel Foucault, in his book, “The Order of Discourse”. In this direction, it is sought to understand why in a certain historical time a kind of discourse is put into evidence and others do not. In this sense, and to clarify more about this problematic, Foucault makes a historical tour to demonstrate how discourses are constructed, because they go through transformations and what legitimate them. In addition, to praise that all that had been undertaken by Foucault in this text is about a great homage to his master Jean Hyppolite, which his place, he takes in the Chair.

Keywords: Philosophy. Discourse. Foucault

O pensamento de Michel Foucault em caráter estritamente metodológico e epistemológico está dividido em três grandes fases: a da arqueologia, da genealogia e da governantabilidade. Em sua trajetória, Foucault elabora seus estudos buscando sempre entender porque em um determinado tempo histórico um tipo de discurso é posto em evidência e outros não. Outra questão latente é: o que estamos deixando fazer com o nosso corpo? O que é isto, o saber / poder e como se configuram em uma relação com o discurso e com a sociedade? O que é mais importante, segundo Foucault, o discurso ou a sociedade?

A Ordem do Discurso é um texto em que Foucault esboça sobre quais serão seus projetos e planos de estudos para os anos vindouros no Collège de France. É uma verdadeira aula de seus procedimentos metodológicos. Ademais, ele faz uma espécie de “passeio histórico” para esclarecer como os discursos são construídos, como eles aparecem e como passam por transformações no

¹ Professor de Filosofia da Universidade Federal do Acre.



tempo e no espaço.

Além disso, indica quais foram os campos de saberes estudado por seu mestre (Jean Hyppolite), assim como pôs em evidência os principais problemas e autores da modernidade refletidos por ele, e ainda mais, buscou destacar quais foram as teses centrais retiradas e estudadas por Hyppolite do pensamento hegeliano e, por fim, quais foram os avanços da sua criação em relação à filosofia de Hegel. Cabe ainda mais salientar, que sua aula inaugural, foi uma grande homenagem ao seu mestre e uma reflexão sobre a produção dos discursos que compõem sobremaneira a modernidade.

Na obra *A Ordem do Discurso*, logo no início da conferência, se enfatiza a dificuldade de iniciar um discurso, pois antes deste ser pronunciado há outros, que por sua vez remetem a outros discursos anteriores. E se quiséssemos aplicar o processo da retrocedência, teríamos que chegar a uma anterioridade de todo e qualquer discurso e nos esbarraríamos na ideia do “mito fundador” de tudo, como se isso fosse possível. E esse não é o propósito de tal texto ou da metodologia foucaultiana, pois não se busca a origem do discurso, mas o começo que estabelece o sentido.

O sujeito que discursa é o responsável em demarcar o ritmo, o tom e o sentido do seu discurso. Se realmente ele vai reproduzir a ordem ou se vai quebrá-la. Mesmo sabendo que dentro do campo da linguagem todo discurso é um duplo daquilo que se está querendo evidenciar ou enaltecer. Além da dificuldade que se tem de iniciar um discurso, ainda se tem outra latente: como falar sem ser em nome de uma instituição ou debaixo das formas ritualizadas desta, de modo que outros acreditem naquilo que está sendo proferido. Outra questão que aparece aqui é: o que confere poder ao discurso? É o sujeito que discursa ou a instituição que ele representa? No “fogo cruzado” da subjetividade e objetividade, em certas ocasiões, o sujeito do discurso quer ser leve e solto, mas faz uma reminiscência e logo encarna o espírito do corpus institucional que lhe dá uma possível segurança. Nesse sentido, a instituição atesta:

Você não tem porque temer começar; estamos todos aí para lhe mostrar que o discurso está na ordem das leis; que há muito tempo se cuida de sua aparição; que lhe foi preparado um lugar que o honra mas o desarma; e que, se lhe ocorrer ter algum poder, é de nós, só de nós, que lhe advém (FOUCAULT, 1996, p. 7).

No jogo de formação discursiva da sociedade moderna há uma pauta, que quase sempre, acompanha as discussões que, é a questão da legitimidade do discurso. A coisa é posta da seguinte maneira: Quem fala e de onde fala tem autoridade para falar? Tem titulação avançada? É mestre, doutor ou pós-doutor? Qual instituição lhe dá suporte para falar? Essa instituição é gabaritada? Ela tem renome nacional e internacional?

As instituições têm necessidade de “selo de garantia” para legitimar seu discurso, por isso são paranoicas em vigiar e estabelecer o que é certo ou errado no discurso do outro para alinhá-lo aos ditames do discurso institucional. Caso este não se enquadre será punido. Lamentavelmente, vivemos sobre a égide do poder das instituições. Quem melhor se articular sai na frente, como se estivéssemos numa corrida competindo.

As instituições demandam de subjetividade e nós “mordemos a isca”, respondendo com mais subjetividade. Dito de outra forma: as instituições criam ritmos e nós sempre damos um “jeitinho” de nos adequarmos a elas em nome do *status quo* e do direito de sobrevivência. Na

verdade, se trata de um grande pacto de mediocridade e covardia que sempre está a alimentar o discurso institucional, como se ele existisse fora da materialidade humana. Não olvidemos que instituição não é de plástico, de papel, de máquinas. Uma instituição é feita de pessoas reais, dotadas de necessidades e idiosincrasias. Não podemos perder de vista que uma instituição é física e não metafísica, que ela tem sua base em discursos e estes não “caem do céu” ou “brotam da terra”. Os discursos nascem das necessidades humanas. E por necessidade os humanos atribuem poder ao discurso, criando assim, a ideia de um discurso perigoso ou não. Um discurso que pode ser “bem dito” ou “mal dito”. O fato é que:

Em uma sociedade como a nossa, conhecemos, é certo, procedimentos de *exclusão*. O mais evidente, o mais familiar também, é a *interdição*. Sabe-se bem que não se tem o direito de dizer tudo, que não se pode falar de tudo em qualquer circunstância, que qualquer um, enfim, não pode falar qualquer coisa (FOUCAULT, 1996, p. 9).

A partir do texto supramencionado é perceptível a ideia do discurso como algo, em parte, proibido, como algo perigoso e, que dependendo do lugar em que é dito, necessita ser interditado para não contaminar outras pessoas.

Em outra passagem do texto, é notável a dificuldade em falar livremente sobre “sexualidade” e “política”. Tabus e mitos são construídos para mascarar o poder da sexualidade e da política na esfera do desejo presente nos corpos, como afirmara Foucault (1996, p. 10) que: “por mais que o discurso seja aparentemente bem pouca coisa, as interdições que o atingem revelam logo, rapidamente, sua ligação com o desejo e com o poder”. O que está em jogo aqui é o “poder do discurso” e sua efetivação através da “política dos corpos”.

Os micros e os macros poderes se coadunam no sujeito do discurso que busca estabelecer o seu poder sobre os outros. A “interdição” é a primeira forma de cerceamento do discurso do outro dentro de uma instituição, em seguida, aparece a técnica perversa da “exclusão”.

O embate ocorrerá, agora, em termos discursivos, entre razão e loucura, as regras do jogo discursivo serão avaliadas com rigor através da razão que irá instaurar o seu tribunal para julgar o que é certo, errado, lógico. Todo o resto é considerado “insano”. A onipotência do “mundo verdade” objetiva demarcar o território da racionalidade como sendo sempre o melhor e o mais seguro em detrimento do “mundo do louco”.

Desde a alta Idade Média, o louco é aquele cujo discurso não pode circular como o dos outros: pode ocorrer que sua palavra seja considerada nula e não seja acolhida, não tendo verdade nem importância, não podendo testemunhar na justiça, não podendo autenticar um ato ou um contrato, não podendo nem mesmo, no sacrifício da missa, permitir a transubstanciação e fazer do pão um corpo [...] (FOUCAULT, 1996, p. 10/11).

Em sua obra *História da Loucura na Idade Clássica*, Foucault, elabora um estudo minucioso em termos, de “arqueologia do saber”, para tentar elucidar a trajetória dos discursos sobre o louco. O louco, em muitos momentos da Idade Clássica, era percebido como alguém que não merecia credibilidade nos mais variados espaços institucionais da “sociedade clássica”. Todavia, o que nos interessa mais aqui é tentar entender quais foram os mecanismos que contribuíram para o aparecimento de um discurso sobre a loucura. A primeira hipótese é a de que um saber sobre a loucura só foi possível por intermédio do *grande internamento*. A ideia

geopolítica e econômica era “banir” da paisagem urbana todos aqueles que maculavam sua imagem, sua aparência, então, o louco tem que ser excluído através da “nau dos loucos”, ou da prática do “internamento”.

Cabe destacar que é no espaço do “confinamento” que se começa a sair de uma percepção taxonômica da loucura para um saber clínico psiquiátrico que vai olhar para o louco e não para a loucura e sua representação social.

O que nos interessa é compreender como o saber é aplicado ao discurso para se moldar aos interesses institucionais e assegurar a eficácia do “mundo verdade” que impõe seu ritmo de subjetividade em nome da objetividade. Tal objetividade cria centros de exclusões para efetivar o poder de uma instituição sobre a outra. Segundo Michel Foucault (1996, p.19): “Dos três grandes sistemas de exclusão que atingem o discurso, a palavra proibida, a segregação da loucura e a vontade de verdade, foi do terceiro que falei mais longamente”.

É necessário enfatizar que, a “vontade de verdade” objetiva o desejo e o poder. Nesse sentido, o discurso, por mais camuflado que esteja a sua meta é atingir o poder. Pensadores como Diógenes, Lucrécio, Montaigne, Artaud, Nietzsche, Bataille, Rosset e Onfray denunciaram o “mundo verdade”, pois se trata de um mundo fictício, duplicado, artificial, aparente, metafísico, que submete e julga todo e qualquer discurso somente pela estrutura externa do poder e do desejo. Na verdade, a partir daqui, Foucault (1996, p. 21) se preocupa em

[...] isolar outro grupo de procedimentos. Procedimentos internos, visto que são os discursos eles mesmos que exercem seu próprio controle; procedimentos que funcionam, sobretudo, a título de princípios de classificação, de ordenação, de distribuição, como se se tratasse, desta vez, de submeter outra dimensão do discurso: a do acontecimento e do acaso.

O olhar agora se voltará para os mecanismos internos do discurso, pois o que interessa é entender (ler com a razão) no jogo de relações o que possibilita o aparecimento do “discurso criador” que irá se contrapor ao “discurso conservador”. No entanto, não se trata de enaltecer ou querer estabelecer uma supremacia do “discurso criador” sobre os demais, mas as condições materiais que possibilitaram o seu aparecimento. E, é importante salientar, que o “discurso criador” demanda de racionalidade, de planejamento, de metodologia; mas também da abertura de espírito para buscar compreender que tal discurso em questão obedece a uma “lógica do acontecimento e do acaso”, coisa que nem sempre é possível se ter controle. Corremos riscos e não temos amparo absoluto de quase nada. Esses últimos enunciados podem nos fazer pensar que o discurso é composto de muitas dimensões, assim como o mundo é composto de muitos enunciados e discursos. Por sua vez, podemos enfocar que nenhum discurso ou enunciado têm domínio absoluto das coisas do mundo.

Os discursos estão sujeitos a deslocamentos e se transformam conforme as necessidades vitais dos indivíduos em determinadas sociedades. Por exemplo, na sociedade medieval, os discursos científicos tinham sua fundamentação no “princípio de autoridade”. O autor, portanto, era quem conferia a “verdade” aos discursos referentes aos humanos e coisas. Porém, a partir do século XVII, segundo Foucault (1996, p. 27): “o autor só funciona para dar nome a um teorema, um efeito, um exemplo, uma síndrome”. Tais enunciados, todavia, só podem ser aplicados ao campo científico, pois no mundo da escrita literária, o autor quase sempre é convidado a “prestar

conta” da “unidade do seu texto”, do “sentido oculto”, da “articulação do texto com sua vida pessoal”, etc. O fato é que o autor como diz Foucault (1996, p. 28), “é aquele que dá à inquietante linguagem da ficção suas unidades, seus nós de coerência, sua inserção no real”. A ponte entre a ficção e o real é estabelecida pelo autor. Ele cria, desloca e transforma mundos.

O foco agora se voltará para a “organização de disciplina”. Nesse momento, cabe dizer que não se trata de disciplina como aparato moral e repressor, mas, de disciplina como campos de saberes ou conhecimentos que se opõe tanto ao princípio do “comentário” como ao do “autor” (1996). A disciplina é algo que se constrói a partir do conjunto de “erros” e “acertos” capazes de compor um “*corpus*” acerca de alguma dimensão do ser humano ou do mundo natural. Na verdade, o que se está tentando evidenciar é que uma disciplina não é construída somente por discursos e enunciados considerados verdadeiros ou pertencentes ao “mundo verdade”. Um pouco nessa direção, é que o texto a seguir nos encaminha:

[...] uma disciplina não é a soma de tudo o que pode ser dito de verdadeiro sobre alguma coisa; não é nem mesmo o conjunto de tudo o que pode ser aceito, a propósito de um mesmo dado, em virtude de um princípio de coerência ou de sistematicidade (FOUCAULT, 1996, p. 31).

O fato é que na ordem do conhecimento, o acaso e a probabilidade podem existir e se manifestar, mas, não o tempo todo. Na verdade, a produção de uma disciplina é um trabalho que demanda de tempo, metodologia, planejamento e capacidade criativa por parte daquele que está na posição de construtor do discurso. Entretanto, se sabe que alguma coisa, conforme as circunstâncias, pode lhe escapar. E essa coisa que extrapola e quebra paradigmas chama-se acaso. Ele pode “sacudir” a intelectualidade do sujeito que elabora o conhecimento e poderá ainda mais, lhe possibilitar a percepção de que nenhum conhecimento ou discurso é capaz de dar conta da totalidade do real.

Além disso, é importante enfatizar que uma disciplina é feita tanto de “erros” como de “verdades”, “erros” que, segundo Foucault (1996, p.31), “não são resíduos ou corpos estranhos, mas que tem funções positivas, uma eficácia histórica, um papel muitas vezes indissociável daquele das verdades”. Pois, o “mundo verdade” não é o único, em sua volta, há muitos outros mundos (por exemplo: do desejo, do prazer, do inconsciente, dos sentimentos, etc.) que contribuem com a atividade do pensar e com o avanço de proposições novas que se tornam capazes de modificar as disciplinas, ampliando a percepção acerca dos seus objetos principais de estudo e alavancando novas discussões. Um pouco nesse sentido, é que se torna possível falar de um suposto progresso das ciências. No entanto, tal progresso das ciências, só será possível mediante a um arcabouço de regras que estabelece a política discursiva. Enunciar ou discursar imerso na órbita do verdadeiro só será possível se se estiver alinhado a um conjunto de regras estabelecidas como critério. Por sua vez, são essas regras que alavancam a criação da disciplina e a “disciplina é um princípio de controle da produção do discurso” (Foucault, 1996, p.36). A disciplina torna-se a entidade que estabelece todos os rituais de entrada na “ordem do discurso”. É ela que julga quem está qualificado para fazer o discurso. Quem melhor incorpora e obedece o ritual, esse será o escolhido para proferir o discurso. Mediante o exposto por último, pode-se salientar que, para Foucault (1996, p. 39), “os discursos religiosos, judiciais, terapêuticos e, em parte também, políticos não podem ser dissociados dessa prática de um ritual que determina para os sujeitos que falam, ao mesmo tempo, propriedades singulares e papéis preestabelecidos”. O sujeito aqui é

uma espécie de ator que só representa o papel estabelecido pelo diretor. E o diretor é a fantasma da instituição que se personifica através dos seus representantes legais.

As instituições criam “sistemas discursivos” que se baseiam em rituais. E esses rituais, de certa maneira, podem elucidar práticas reveladoras de poder. Ora o poder é mais camuflado, ora ele se torna mais perceptível. Mas, o fato é que em quase todas as “sociedades discursivas” existem práticas coercitivas que tentam moldar o discurso conforme as necessidades e interesses do poder da instituição. Porém, além dessas “sociedades de discurso” é possível perceber a existência de outras formas de manifestação discursiva, nos alerta Foucault (1996, p. 41): “lembramos o segredo técnico ou científico, as formas de difusão e de circulação do discurso médico, os que se apropriam do discurso econômico ou político”. Tais discursos formam um “*corpus hermético*” em torno dos “agentes do saber” para demonstrar “autoridade e poder”, é um discurso proferido somente para um grupo seletivo, o único capaz de entender. Além disso, existe outro grupo discursivo que é o da doutrina, como podemos perceber a seguir:

A doutrina, ao contrário, tende a difundir-se; e é pela partilha de um só e mesmo conjunto de discursos que indivíduos, tão numerosos quanto se queira imaginar, definem sua pertença recíproca. Aparentemente, a única condição requerida é o reconhecimento das mesmas verdades e a aceitação de certa regra – mais ou menos flexível – de conformidade com os discursos validados [...] (FOUCAULT, 1996, p. 42).

O que assegura o “discurso doutrinário” é a ideia de “pertença prévia”. A partir daí o mundo verdade entra por acréscimo, visto que já houve uma entrega de corpo e alma para a doutrina. Nesse caso, a doutrina exerce o papel de retroalimentar o sujeito e demarcar o seu domínio sobre a alma, pois quando se domina a alma, o corpo é mais facilmente domado. A doutrina é configurada por seu aparato ideológico que demanda subjetividade e impõe o seu ritmo. Quem aceita a doutrina se adéqua e profere o “discurso doutrinário” para seduzir outros adeptos e garantir a permanência do “*corpus doutrinário*” com todas as suas idiossincrasias.

No texto A Ordem do Discurso, muitos discursos entram em cena. A questão é: por que este entra e não outro? É isso o que interessa. E não o que está por trás de cada discurso, o que está nas “entrelinhas”.

No campo de correlações de forças entre os discursos dos grupos criam-se “guetos” para determinar o seu poder. As formas de alienação discursiva devem ser sustentadas para manter os “castelos do conhecimento” com sua supremacia. Um pouco a esse respeito, o raciocínio que deve ser posto é: quanto mais se tem acesso ao “gueto do conhecimento”, o grupo é obrigado a diminuir o seu poder. Mas como fazer isso? Conforme a rubrica do pensamento foucaultiano (1996), é por intermédio da educação que um indivíduo pode ter acesso a qualquer tipo de ‘discurso’. Conhecer é se aproximar dos “deuses” e “roubar o seu fogo”. Mediante tal enunciado supra se pode pensar: por que não se aposta tanto na democratização de educação?

A educação ainda é um “sistema doutrinário” e que cerceia as liberdades individuais. Como salientara Foucault (1996, p. 44): “Todo sistema de educação é uma maneira política de manter ou modificar a apropriação dos discursos, com os saberes e os poderes que eles trazem consigo”. Então, é notável que ao mesmo tempo em que o “sistema de educação” pode ser liberador, pode reproduzir os discursos e fazer o jogo daqueles que estão no mando.

Na teleologia do olhar, muitos sistemas de educação podem ter os seus focos voltados para a disciplina², a doutrina, as regras de conduta e creem que estes aparatos garantem o caráter de “verdade aos discursos”. Entretanto, não sabem eles que estão reproduzindo no âmbito escolar a ideologia da sociedade disciplinar que visa estabelecer relações de poder sobre os corpos, principalmente, por intermédio dos aparelhos ideológicos do estado. A ideia é controlar, vigiar e punir os corpos que não se adequam ao modelo da sociedade retromencionada.

Uma questão básica que se levanta é: por que a disciplina exerce tanto poder sobre os corpos? Por que permitimos que o outro domine o nosso corpo? Em busca de “alinhar” uma possível resposta se poderia dizer que as narrativas produzidas pela sociedade disciplinar jogam com imagens físicas sedutoras que aparecem em forma de paisagem urbana: prédios, pontes, praças, avenidas, chafarizes, fontes luminosas, tudo limpo e ordenado para representar organização, o novo, a higienização, o bem-estar. E o corpo tem que ser responsável por tudo isso. Além disso, existe o jogo com as imagens intelectuais codificadas nas narrativas éticas, políticas, religiosas e econômicas que podem ser mensuradas através das ideias de ordem, progresso, sucesso, prosperidade, conforto, benção de Deus, moderno, avançado. E o “corpo que se faz alma” tem que se esforçar para está no “eixo”.

Em suma, a sociedade disciplinar joga com quase todas as seduções discursivas e enunciativas para dominar o corpo e a alma do homem em nome do poder. Até parece que todas as “engrenagens do capitalismo”, das instituições como um todo são naturais e têm força de “valor em si”, olvida o homem que não existe “valor em si”, posto que no campo discursivo tudo é construído. É o discurso que diz o que a coisa é. A “coisa em si” não representa absolutamente nada. Nada é “dado”. Tudo, em termos discursivos, são “fabricações humanas”.

Precisamos compreender que o discurso se estabelece sempre dentro da lógica do poder. Estamos em uma relação em tudo. Como as relações de poder se articulam de forma macro e micro? Buscar entender essas relações é algo significativo, por sua vez, para se compreender o funcionamento da sociedade. Para tal empreitada, necessitamos concatenar “saber / poder” com o intuito de vislumbrarmos a possibilidade de se produzir hermenêuticas sobre os discursos que nos comandam.

Cabe ainda enfatizar, que o próprio “saber / poder” é o discurso em suas formas ritualizadas e instituídas.

Em termos de importância, o que se deve priorizar, o discurso ou a sociedade? Pela rubrica do pensamento foucaultiano, o olhar deve-se voltar para o discurso, até porque a sociedade só existe com o discurso. Se retirarmos os discursos da sociedade, ela se torna “muda”, “cega” e “vazia” de sentido.

Portanto, se quisermos com pujança, nos aventurar no entendimento da sociedade, temos que compreender que na relação “saber / poder” o meu corpo é parte do discurso, pois não existe discurso dissociado do corpo. Ademais, temos que perceber que nas “redes de poder”, não existe um “poder central”, visto que, se acreditássemos na existência do “poder central”, então, estar-nos-íamos “excluindo”.

2 O termo “disciplina” neste momento é utilizado no sentido de um “aparato” capaz de controlar os corpos dentro da sociedade, tendo em vista que, dentro de uma “sociedade disciplinar”, uma das ideias centrais é: todos se “vigiam”. Em algum lugar existe alguém que pode está lhe “olhando”, cuidado!

Desejamos salientar, que a problemática do discurso está relacionada à questão do sujeito. E sujeito é uma instituição que é datada e historicamente construída. Nunca daremos conta de tudo. Olhamos a partir de um lugar e de um foco. Dito de outra forma: o discurso é secular, datado, humano, contingente.

Os discursos brotam para tecer narrativas e criar mundos dentro do permitido ou não. “Subverter” a “ordem do discurso”, eis o nosso desafio que “tecemos” com a palavra, por intermédio da palavra ou da linguagem, devemos encontrar outras formas de dizer do mundo para tornar a existência mais leve, visto que a ruptura com a “ordem” se torna o desafio maior. E, se quisermos radicalmente mudar, temos que efetivar a ruptura com a “ordem linguística”, como propusera Nietzsche.

Nesse momento, se têm muitas coisas para pensar, mas buscar-se-á manter o foco nos discursos que, segundo Foucault (1996, p. 51) deverão corresponder a “três grupos de funções que acabo de evocar: questionar nossa vontade de verdade; restituir ao discurso seu caráter de acontecimento; suspender, enfim, a soberania do significante”. É uma empreitada difícil, porém não impossível, em se tratando de um intelectual tão erudito e culto como Foucault. Por intermédio dos conceitos a seguir, Foucault faz uma “reviravolta” metodológica:

1. Cabe enaltecer a existência de um princípio de *inversão*: lá onde, segundo a tradição, cremos reconhecer a fonte dos discursos, o princípio de sua expansão e de sua continuidade, nessas figuras que parecem desempenhar um papel positivo como o do autor, da disciplina, da vontade de verdade, é preciso reconhecer, o contrário, o jogo negativo de um recorte e de uma rarefação do discurso (1996).
2. É interessante estabelecer um princípio de *descontinuidade*: [...] Os discursos devem ser tratados como práticas descontínuas, que se cruzam por vezes, mas que também se ignoram ou se excluem (1996).
3. É importante ressaltar um princípio de *especificidade*: não transformar o discurso em um jogo de significações prévias; não imaginar que o mundo nos apresenta uma face legível que teríamos de decifrar apenas; ele não é cúmplice de nosso conhecimento; não há providência pré-discursiva que o disponha a nosso favor. Deve-se conceber o discurso como uma violência que fazemos às coisas, como uma prática que lhe impomos em todo caso; e é nesta prática que os acontecimentos do discurso encontram o princípio de sua regularidade (1996).
4. Por último vamos destacar a regra da *exterioridade*: não passar do discurso para o seu núcleo interior e escondido [...]; mas a partir do próprio discurso, de sua aparição e de sua regularidade, passar às condições externas de possibilidade, àquilo que dá lugar à série aleatória desses acontecimentos e fixa suas fronteiras (FOUCAULT, 1996, p. 51/53).

A partir desses últimos conceitos expostos, a “análise do discurso” é orientada por quatro princípios reguladores: a noção de acontecimento, a de série, a de regularidade, a de condição de possibilidade (1996). Quem quiser se aventurar na “análise do discurso” utilizando-se da rubrica do pensamento foucaultiano tem que dominar com eficácia tais conceitos. De certa forma, se pode conjecturar que o olhar do historiador tem que se voltar para a “história nova” que trabalha o acontecimento pelo processo de “curta duração”. A percepção agora se direciona para o micro e foge da noção de causa e efeito, assim como do homogêneo. A pegada, na atualidade, se volta

para a noção de acaso e de acontecimento. Mas, afinal, o que é acontecimento? Vejamos pela lente de Foucault (1996, p. 57/58):

[...] o acontecimento não é nem substância nem acidente, nem qualidade, nem processo; acontecimento não é da ordem dos corpos. Entretanto, ele não é imaterial; é sempre no âmbito da que ele se efetiva, que é efeito; ele possui seu lugar e consiste na relação, coexistência, dispersão, recorte, acumulação, seleção de elementos materiais; não é o ato nem a propriedade de um corpo; produz-se como efeito e uma dispersão material [...].

O jogo de conceitos e enunciados é vasto, isto se pode perceber no pensamento supracitado. Traçar uma hermenêutica para estabelecer o que é o acontecimento é um pouco difícil para os “mortais”. Entretanto, se quer inferir de forma “balbuciada” algumas palavras sobre o que é isto, o acontecimento? O acontecimento é a materialidade do real que se nomeia através do discurso ou do enunciado. O acontecimento é o caráter inalterável do real, apesar do acaso. O acontecimento é o instante tal qual é. O acontecimento é aquilo é, do jeito que é, conforme foi mediatizado pelo corpo. O acontecimento é a epifania do acaso no tempo e espaço. O acontecimento é da ordem do acaso que cria e recria pensamentos que se materializam em corpos que atribui sentido ao mundo.

O trinômio “acaso-pensamento-acontecimento” pela ótica da diferença ou da filosofia trágica, de rubrica nietzschiana e que Foucault comunga, fomenta a ideia de que por acaso existimos, pensamos, conhecemos e geramos conhecimento. Todavia, o conhecimento por acaso aparece em nossa mente. Ele não está “dado” em definitivo. Não é só “sentar e escrever”. Por acaso produzimos certos enunciados para tentar romper a ordem discursiva. Foucault (1996, p. 67) como pensador da diferença, na Ordem do Discurso salienta que: “estamos longe de haver constituído um discurso unitário e regular da sexualidade” podemos afirmar que isso que foi proferido sobre a sexualidade se pode aplicar para outras áreas dos saberes. Em se tratando de discurso, pela perspectiva foucaultiana não tem nada “fechado em definitivo”, estamos diante de acasos, de possibilidades que podem gerar descontinuidades, cortes, recortes, rupturas epistemológicas. O sentido aqui não é de negação, mas de afirmação, posto que:

A parte genealógica da análise se detém, em contrapartida, nas séries da formação efetiva do discurso: procura empreendê-lo em seu poder de afirmação, e por aí entendendo não um poder que se oporia ao poder de negar, mas o poder de constituir domínios de objetos, a propósito dos quais se poderia afirmar ou negar proposições verdadeiras ou falsas. Chamemos de positivities esses domínios de objetos; e, digamos, para jogar uma segunda vez com as palavras, que se o estilo crítico é o da desenvoltura estudiosa, o humor genealógico será o de um positivismo feliz (FOUCAULT, 1996, p. 69-70).

Buscar-nos-emos a partir do “humor genealógico”, entender porque os discursos mudam dentro da sociedade, tendo em vista que tudo é construído, pois, em termos de conhecimento, não existe nada que seja natural.

Os discursos são invenções humanas, no entanto, vale ressaltar que um discurso só tem sentido se tiver um corpo para lhe atribuir sentido, porque é o corpo que dá sentido a qualquer tipo de discurso. E, devemos compreender o corpo, na sociedade disciplinar, como o corpo normatizado, como sujeitos instituídos que estão dentro de relações de poder. Tendo em vista que entrar na ordem do discurso, significa, sobretudo, penetrar profundamente no discurso

escrito, visto que, de certa forma, é a escrita que nos “define enquanto fundação ou criação”. Mas, entretanto, não existe escrita ou palavra sem corpo. As palavras têm corpo, sangue, sentido. Até mesmo o espírito está encarnado na palavra que tem corpo. Nesse sentido, podemos concluir que: corpo é alma e alma é corpo, formando dessa maneira, uma unidade idiossincrática entre ser e pensar,

Portanto, o que se quer, na verdade, traduzir é a ideia de que o corpo das palavras está no corpo real do ser humano. O aparecimento de um “discurso” é fruto de homens reais, que a partir de suas necessidades o criam. O discurso, nesse sentido, é um corpo vivo que pode nos impulsionar para a criação por intermédio da nossa inteligência, posto que o discurso é o ponto máximo de “inteligência dos humanos”.

O que se pretende de agora para frente é-nos endereçar para as considerações finais, sem, no entanto, deixar de “alinhar” algum significado para supostos propósitos da escrita de Foucault na *Ordem do Discurso*. Trata-se de um texto para se afirmar a diferença. E em tom de alegria Foucault brinca e afirma a diferença pelo o “humor genealógico” do “enigmático bigodudo Nietzsche”. Aliás, Nietzsche, Dumézil, Marx, Fichte, Bergson, Kierkegaard, Husserl fazem parte dos autores que seu mestre estudou. Ainda mais, enaltece a ligação do seu mestre com os campos dos saberes estudado por ele, que são os seguintes:

A psicanálise com a estranha lógica do desejo, as matemáticas e a formalização do discurso, a teoria da informação e sua aplicação na análise do vivente, enfim, todos os domínios a partir dos quais se pode colocar a questão de uma lógica e de uma existência que não cessam de atar e desatar seus laços (FOUCAULT, 1996, p. 77/78).

Dessa forma, Foucault situa o seu mestre Jean Hyppolite no contexto de algumas de suas áreas de estudos. Todavia, Hyppolite em sua trajetória de vida fora um estudioso de Hegel. E mesmo, Foucault, sendo alguém que se “esquivara”, em muitas situações, da filosofia hegeliana, buscou se aproximar de algumas teses de Hegel para enaltecer o quanto seu mestre avançara em relação ao pensamento hegeliano. E, isso de certa forma, podemos perceber no seguinte texto:

Para ele, a referência a Hegel era o lugar de uma experiência, de um enfrentamento em que não se tinha nunca a certeza de que a filosofia sairia vitoriosa. Não se servia do sistema hegeliano como de um universo tranquilizador; via, ali, o risco extremo assumido pela filosofia. [...] Em vez de conceber a filosofia como a totalidade enfim capaz de se pensar e de apreender no movimento do conceito, Jean Hyppolite fazia dela o fundo de um horizonte infinito, uma tarefa sem término: sempre a postos, sua filosofia nunca estava prestes a acabar-se. [...] a filosofia como pensamento inacessível da totalidade era para Jean Hyppolite aquilo que poderia haver de repetível na extrema irregularidade da experiência; aquilo que se dá e se esconde como questão sem cessar retomada na vida, na morte, na memória: assim, o tema hegeliano da perfeição na consciência de si, ele o transformava em um tema da interrogação repetitiva. [...] a filosofia não era ulterior ao conceito; ela não precisava dar continuidade ao edifício da abstração, devia sempre manter-se retirada, romper com suas generalidades adquiridas e recolocar-se em contato com a não-filosofia[...]; aparece, assim, o tema de uma filosofia do presente, inquieta, móvel em toda sua linha de contato com a não-filosofia, não existindo senão por ela, contudo, e revelando o sentido que essa não-filosofia tem para nós. [...] se a filosofia deve começar com o discurso absoluto, o que acontece com a história e o que é esse começo que se inicia com

um indivíduo singular, em uma sociedade, em uma classe social e em meio às lutas? (FOUCAULT, 1996, p. 74/77).

É perceptível a extraordinária capacidade intelectual de Foucault em elucidar algumas das teses de Hegel e, outrossim, em apresentar os avanços do pensamento do seu mestre em relação ao último. Então, podemos afirmar que a escolha de Foucault para ocupar a cátedra do seu mestre foi “justa”, pois o próprio Foucault (1996, p. 79) salienta: “visto que lhe devo tanto, compreendo que a escolha que vocês fizeram convidando-me a ensinar aqui é, em boa parte, uma homenagem que lhe prestaram [...]”. É importante ressaltar, que em ritmo de reconhecimento, gratidão e responsabilidade, Foucault, aceita ser professor no lugar do seu querido mestre. E, entretanto, lhe representa com veemência e muita erudição durante a sua vida, mesmo que, logo após à sua primeira aula, tenha se distanciado da matriz de pensamento hegeliano, mesmo assim, ele permaneceu indiretamente homenageando seu mestre por intermédio da produção de textos escritos, de cursos, de palestras, de entrevistas e de grandes debates pelo mundo.

Portanto, um dos pontos mais marcantes, em se tratando de uma “estética da existência” de Foucault, é o reconhecimento da importância do outro para a sua vida. O reconhecimento da alteridade é algo intenso no pensamento foucaultiano. A diferença foi um dos seus focos e ele sempre entendeu que ela precisava ser afirmada. Ele buscou ser sensível aos *ethos*, *pathos* e *logos* do seu mestre. Assim, Foucault (1996, p. 78/79) fora ética e esteticamente elegante quando diz: “É porque tomei dele, sem dúvida, o sentido e a possibilidade do que faço, [...] que se cruzam as questões que me coloco agora”, dessa maneira, assume a responsabilidade de representar e recriar o seu mestre na cátedra. Assim como, de alavancar discussões sobre o homem a partir de outros olhares sobre o mundo contemporâneo, com o intuito de afirmar a diferença, posto que Foucault é um pensador da diferença e contra a ordem hegemônica do discurso.

Referência

FOUCAULT, Michel. **A Ordem do Discurso**. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. – São Paulo: Loyola, 1996.